

MULHERES

Negociação retoma discussão sobre igualdade. Pg 2

BANCO DO BRASIL

Em pauta as consequências da reestruturação. Pg 3

ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

O que é e por que defendê-lo? Pg 4

NOTÍCIAS BANCÁRIAS

• INFORMATIVO OFICIAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO ABC • ANO XXXI • EDIÇÃO 1175 • 04/ABR/2025 •



CENTENÁRIO ALERTA PARA PRIORIDADE À PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

REPRESA BILLINGS

Principal reservatório que abastece cidades do Grande ABC e parte de São Paulo ganha carta de compromisso com ações para sua proteção. Pg 4

Caixa

EMPREGADOS COBRAM COMBATE A ASSÉDIO E SAÚDE CAIXA MELHOR

Abaixo-assinado reuniu quase 24 mil assinaturas



Dirigentes de entidades representativas dos empregados da Caixa reforçaram a cobrança por medidas para combater o assédio moral no banco e a adoção de medidas para melhorar o atendimento do Saúde Caixa. Em reunião com os vice-presidentes de Pessoas e de

Rede, no dia 25 de março, eles ressaltaram a recorrência de problemas e falta de soluções.

Um abaixo-assinado em defesa do Saúde Caixa com quase 24 mil assinaturas foi entregue. Os usuários do plano de saúde reivindicam, entre outras medidas, estrutura adequada para as Gipes e instalação dos comitês regionais de credenciamento e descredenciamento. Reivindicam também a contenção dos aumentos das mensalidades do plano de saúde.

Participaram da reunião, repre-

sentando os empregados, Sergio Takemoto, presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae); Rafael de Castro, coordenador da CEE e diretor da Fenae e da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e Fabiana Uehara Proscholdt, representante dos empregados no CA. Eles foram recebidos pelos vice-presidentes Francisco Egídio Pelúcio Martins (VP de Pessoas) e Adriano Assis Matias (VP de Redes), além do diretor de Pessoas,

Sidney Soares Filho. Para a comissão de empregados a reunião marcou a abertura de um espaço de diálogo que, espera-se, seja permanente para o avanço do debate. Há alguns dias a Contraf-CUT já havia enviado ofício à direção do banco pedindo explicações sobre cobranças abusivas de metas e assédio. Demandas dos trabalhadores, sobre esses ou outros temas, podem ser encaminhadas também de forma privada pelas redes sociais ou por e-mail para fenae@fenae.org.br

Mulheres

NEGOCIAÇÃO DISCUTE PAUTA DA IGUALDADE E BANCÁRIAS COBRAM AVANÇOS NA PARIDADE SALARIAL

Mesa debateu avanços do programa de formação de mulheres na área de TI e no atendimento a vítimas de violência



O Comando Nacional dos Bancários se reuniu com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) no último 31 de março, na mesa de Igualdade de Oportunidades. O presidente do nosso Sindicato, George Vitti, participou do encontro. Entre os pontos da pauta, as ações dos bancos para reduzir a desigualdade salarial e de ascensão entre homens e mulheres; o programa “Mais Mulheres na TI (resultado da negociação do ano passado) e dados de atendimento dos canais de combate à violência de gênero. Muitas mulheres já foram beneficiadas pelos canais de atendimento contra violência: um total de 1.106, considerando os canais dos ban-

cos e do movimento sindical. Já em relação à formação de mulheres na TI há mais de 1.000 inscritas na primeira fase das bolsas de estudo. As bancárias também destacaram na mesa o debate de igualdade salarial, de oportunidade e acesso profissional nos bancos. Segundo levantamento do Dieese, a partir de dados oficiais, nos bancos as mulheres recebem, em média, 19% menos que os colegas homens. No recorte racial, o cenário é ainda pior: bancárias negras têm remuneração 34,5% inferior à remuneração média do bancário branco do sexo masculino. A categoria conquistou, na última renovação da Convenção Coletiva

de Trabalho (CCT), o compromisso dos bancos de alcançar a paridade de remuneração entre homens e mulheres. A proposta é que as empresas acelerem o cumprimento da Lei da Igualdade Salarial, de 2023. Com base em dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) dos últimos 10 anos, o Dieese estima que a categoria bancária poderá alcançar a paridade salarial em longos 46 anos - por isso mesmo, a Lei de Igualdade Salarial é fundamental. “E para que o cumprimento dessa lei ocorra há importantes medidas que defendemos, tais como a forma que os dados são divulgados e organizados pelos bancos”, aponta o presidente do nosso Sindicato. A lei brasileira de igualdade salarial entre homens e mulheres prevê que estabelecimentos com mais de 100 funcionários devem enviar, periodicamente, ao Ministério do Trabalho e Emprego, informações para o relatório anual de transparência. Os bancários exigem que os bancos divulguem os dados por empresa e não somente por

estabelecimento (CNPJ), porque cada banco tem vários CNPJs, e o envio por CNPJ vem dificultando o entendimento do cenário real para a melhor efetividade do planejamento de ações rumo à igualdade de remuneração entre gêneros. Ficou agendado, para abril, um novo encontro com as áreas de Recursos Humanos (RHs) dos bancos, e não só dos que já participam comissão de negociação. Neste encontro, o Comando Nacional irá apresentar a diferença salarial e de oportunidades e as propostas para alcançar equidade.

Desigualdade é maior nos altos cargos - As bancárias também destacaram, com base em dados do Dieese, o avanço da desigualdade salarial de gênero quanto maiores são os cargos. Enquanto numa função da base, como de escrivães, as mulheres recebem, em média, 96% da remuneração dos homens, nos cargos de dirigentes e gerentes elas recebem 68,9% da remuneração dos colegas homens. **Leia mais sobre o assunto no site do Sindicato.**

Reforma tributária

ISENÇÃO DO IR PARA QUEM GANHA ATÉ R\$ 5 MIL É PASSO PARA TRIBUTAÇÃO JUSTA, APONTAM ESPECIALISTAS

O Sindicato e as entidades cutistas estão nas ruas para defender menos desigualdade no Brasil, e uma das medidas que vai nessa direção é o projeto do governo Lula de isentar do imposto de renda quem ganha até R\$ 5 mil. A iniciativa tem o apoio de especialistas, tributaristas e auditores fiscais do Instituto de Justiça Fiscal (IJF), que já se pronunciou publicamente.

“A proposta (...) representa o início do processo de reconstrução da tributação justa da renda, desconfi-

gurada na chamada reforma tributária silenciosa, de 1995 e anos seguintes, que desonerou os lucros e dividendos distribuídos e compensou a perda de arrecadação com o aumento da incidência sobre as rendas do trabalho e a sobrecarga do consumo”, avalia a entidade.

Além da isenção, o projeto de lei que precisa ser aprovado pelo Congresso Nacional prevê aumento da taxa para quem ganha mais do que R\$ 50 mil por mês. Segundo dados do Ministério da Fa-

zenda a população dessa alta faixa de renda paga, em média, 2,54% de IR, enquanto um professor do ensino médio paga 9,6%, um bancário 7,2% e um policial militar 9,8%.

“A sociedade também precisa pressionar os parlamentares para que o projeto seja aprovado. Somente 141 mil pessoas têm rendimentos acima de R\$ 50 mil por mês, enquanto 10 milhões de contribuintes terão isenção do IR se o projeto passar”, destaca o presidente do nosso Sindicato, Gheorge Vitti.

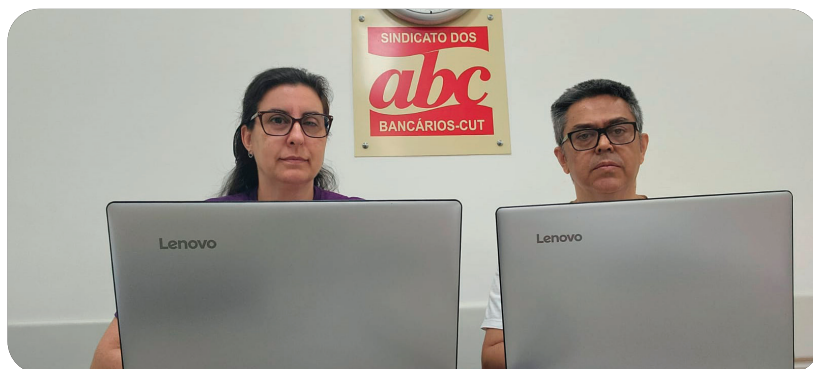


Banco do Brasil

SINDICATO E BANCO DISCUTEM PROBLEMAS DOS FUNCIONÁRIOS APÓS REESTRUTURAÇÃO

Encontro aconteceu na última quinta-feira, 27 de março

A diretoria do Sindicato se reuniu com a Gepes São Paulo-SP do Banco do Brasil (BB) no dia 27 de março passado. O encontro foi solicitado pela entidade para tratar de temas como a reestruturação no banco, iniciada em janeiro deste ano, e seus reflexos no Grande ABC. A diretora Karin Diaz Caliento destacou a falta de oferta de vagas na região para os caixas que perderam a função. Segundo ela, os funci não têm conseguido nomeações e os que conseguiram em novas funções foram para a capital, gerando muitas reclamações porque o tempo de percurso até o local de trabalho pode



chegar a até 4 horas (ida e volta). Isso representa uma mudança substancial, pois, além da perda desse tempo todo no percurso, com trânsito intenso, há como consequências o cansaço, o estresse, a piora substancial na qualidade de vida e a redução do tempo de con-

vívio familiar, dentre outros. Além disso, Karin elencou vários casos de incorporação que precisam ser reanalisados pelo BB, pois, segundo levantamento feito pelo Sindicato, esses caixas teriam o direito de incorporar o valor da função ao salário. “Foram encontradas diver-

gências entre os documentos apresentados ao Sindicato (holerites, entre outros) que comprovam o tempo necessário, e mesmo assim divergem do BB, e isso não pode ocorrer de forma alguma”, afirma. Já o diretor Natalino Fabbrini ressaltou a ocorrência de transferências compulsórias feitas pelo BB em desacordo com o compromisso do banco durante a campanha salarial: à época a instituição se comprometeu que só haveria transferências compulsórias dentro do mesmo município e que qualquer outra transferência seria somente a pedido do interessado, via SACR. **Leia mais no site do Sindicato.**

CAMPEONATO DE

FUTEBOL SOCIETY

DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO ABC

INSCRIÇÕES PRORROGADAS!

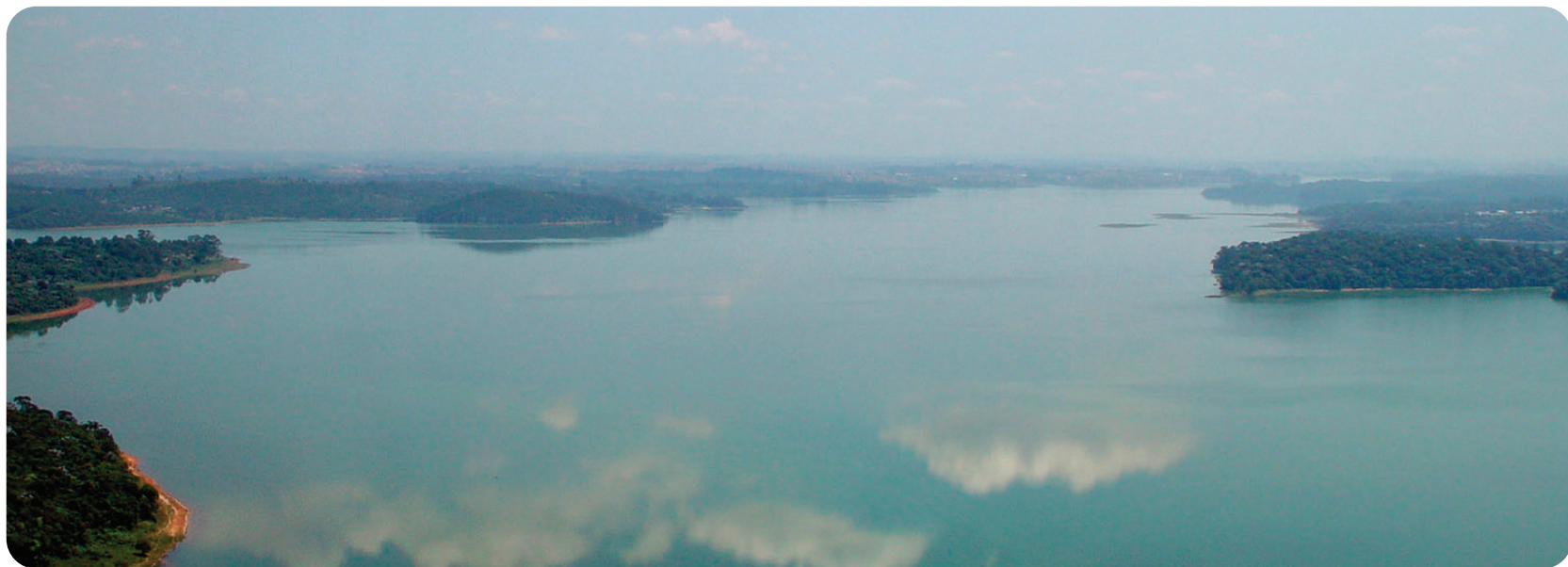
INSCREVA-SE PELO QR CODE

PARA MAIS DETALHES E INFORMAÇÕES ENTRE EM CONTATO COM ELSON: 11 98244-2520.

Meio ambiente

REPRESA BILLINGS CHEGA AOS 100 ANOS: PRESERVÁ-LA É FUNDAMENTAL!

Reservatório abastece maior parte das cidades do Grande ABC



A represa Billings, um dos maiores e mais importantes reservatórios de água da região metropolitana de São Paulo, completou 100 anos em 27 de março passado.

Responsável pelo abastecimento das cidades de São Bernardo, Santo André, Diadema, Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires e parte de São Paulo, ela foi idealizada em 1925 pelo engenheiro Asa White Kenney Billings, que lhe deu seu nome, e tinha como objetivo inicial gerar energia elétrica: ela abastece, até hoje, a usina Henry Borden, em Cubatão.

Na década de 1950, para atender

a população do ABC, foi projetado um novo sistema de abastecimento, com aproveitamento do reservatório Billings. No entanto, com o passar dos anos, o bombeamento das águas do Tietê para a Billings começou a mostrar consequências ambientais graves, pela poluição do rio.

O despejo de esgoto e de produtos químicos de empresas piorou o quadro, e em muitas ocasiões a grande mortandade de peixes alertou para a necessidade de maior atenção ao reservatório.

A partir da década de 1980 foram

gados à preservação do meio ambiente e, agora, quando a Billings completa um século, há forte pressão para realização de iniciativas imediatas que garantam a qualidade do manancial.

Uma Carta de Compromisso em Defesa da Billings, documento que objetiva traçar metas para proteção do reservatório ao longo dos próximos anos, foi assinada no Consórcio Intermunicipal Grande ABC no último dia 21.

Ela recomenda a implementação de políticas públicas, programas e projetos. Foi definido um calendário de ações, entre elas o início

de um projeto de sinalização visual para proteção das áreas de manancial na região; um seminário sobre Mudanças Climáticas e um evento preparatório para a COP 30, reunião da cúpula climática da Organização das Nações Unidas (ONU) que será realizada em novembro em Belém (PA).

“A Billings é um patrimônio da sociedade, essencial para nossa região. Vivemos dias de mudanças climáticas extremas, e preservá-la é fundamental para nossa sobrevivência e das gerações futuras”, destaca o secretário de Comunicação do Sindicato, Belmiro Moreira.

Editorial

SEM DEMOCRACIA NÃO HÁ DIREITO GARANTIDO

O Brasil voltou a ser um país democrático em 1985, com o fim da ditadura civil-militar, e traz no primeiro artigo da Carta Magna de 1988 sua constituição como um Estado Democrático de Direito. Isso significa, entre outras coisas, que prioriza a soberania popular, com eleições livres, direitos humanos e divisão de poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) independentes entre si. Nesse momento, é importante destacar essa representação para entender por que e como ocorre, no STF, o julgamento dos acusados

de golpe, entre eles Jair Bolsonaro, o primeiro ex-presidente do País a se tornar réu por atentar contra a democracia. O crime de abolição violenta do Estado Democrático de Direito está previsto no Código Penal: é o ato de “tentar, com emprego de violência ou grave ameaça”, aboli-lo, “impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais”.

Além disso, estão sendo julgados pelo planejamento de um golpe de Estado, o que por si só se constitui crime, pois sem democracia não

haveria forma de punição aos golpistas. A acusação inclui ainda organização criminosa armada, dano, ameaça e deterioração do patrimônio da União e tombado. Entender essa dinâmica e os pilares que sustentam um regime democrático é essencial para compreender a imensa gravidade do que está em julgamento e a importância da punição exemplar.

Afinal, sem democracia não há a garantia de qualquer direito.



GHEORGE VITTI
PRESIDENTE